

“PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR” E “URUGUAY CRECE CONTIGO”: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM FOCO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

LUIS FELIPE RIBEIRO¹; PATRICIA RODRIGUES CHAVES DA CUNHA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – luisfelipe270@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – patchavescunha@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, após a “Convenção dos Direitos da Criança” e a “Declaração Mundial de Educação para Todos” (Declaração de Jomtien) estabelecer o direito de desenvolvimento pleno dos potenciais de todas as crianças, os países da América Latina e Caribe passaram a definir metas para o desenvolvimento de projetos, programas e políticas com foco em melhorias para a primeira infância.

Logo, no seguinte trabalho, propõem-se uma análise de duas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da primeira infância. Selecionou-se, para fins de pesquisa, o programa "Primeira Infância Melhor" (PIM), o qual surgiu como política pública do Estado do Rio Grande do Sul, pioneiro no Brasil. Esse programa atua, metodologicamente, a partir da intersetorialidade entre as Secretarias Estaduais de Saúde, Educação, Cultura e Assistência Social, com o propósito de promover o desenvolvimento físico, motor e emocional das crianças através da interação com a família, levando em conta sua cultura, localidade e experiências, em conjunto, busca acompanhar e orientar mulheres grávidas. Concomitante, foi selecionado para análise o programa "Uruguay Crece Contigo" (UCC), presente em todo território uruguai, também é uma política intersetorial, encabeçada pelo Ministério de Desarrollo Social com a contribuição de institutos e ministérios. Este, tem como objetivo a criação de um sistema para a proteção das crianças na faixa etária da primeira infância e de informação para gestantes.

A faixa etária que abrange a primeira infância, seguindo os parâmetros indicados pela “Convenção dos Direitos das Crianças”, seria da gestação até os 8 anos de idade, entretanto, as políticas públicas selecionadas para análise limitam sua abrangência até os 4 anos.

De acordo com Souza (2006, p. 24-26), é possível conceituar política pública “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. A autora lembra, também, que políticas públicas visam traduzir plataformas eleitorais em programas e ações que produzam mudanças reais, ou seja, impactos.

No que tange a avaliação de políticas públicas, os autores Fagundes e Ballinhas de Moura (2009, p. 91) afirmam que toda avaliação, seja de sua efetividade, eficiência ou eficácia, envolve um julgamento, uma atribuição de valor, ou seja, a análise parte “de certa concepção de justiça” que pode ser explícita ou implícita. O autor Brian Barry (1975, v. I, p.3 *apud* FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 109) acrescenta que avaliar é “[...] determinar se as coisas são boas ou más”, a partir de “critérios de avaliação que nos permitam dizer se e porque uma política é preferível à outra” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, *idem*, p. 109).

A análise proposta busca reconhecer as efetividades das políticas públicas no que se refere a população-alvo, bem como se suas metas estão, de fato, sendo alcançadas. Para isso, como técnica de pesquisa, será aplicada a análise

documental em conjunto com a metodologia qualitativa, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas direcionadas aos participantes das políticas. Ao final dessas etapas, será realizada a avaliação da efetividade/impacto das políticas nas famílias atendidas.

2. METODOLOGIA

Seguindo a premissa de que "a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse" (CAULLEY apud LÜDKE, ANDRE, 1986, p. 38), no primeiro momento da pesquisa, a metodologia aplicada será a análise documental de dados primários e secundários dos programas PIM e UCC. A análise será conduzida com foco na elaboração inicial das políticas, no funcionamento da intersetorialidade, na escolha do público-alvo, nos respectivos métodos, metas e alcances. Para que se faça, desde o início, um quadro comparativo entre ambas.

No segundo momento, para corroborar os resultados da análise documental, serão selecionadas famílias participantes do PIM e famílias participantes do UCC, com prioridade nas famílias que estão a mais de um ano (no caso do PIM) e a mais de 5 meses (no caso do UCC) cadastradas nos programas. Essas serão acompanhadas durante duas semanas, onde responderão a entrevistas semiestruturadas sobre desenvolvimento das crianças. As questões serão elaboradas com base na análise documental.

Além das famílias, também serão entrevistados, durante a pesquisa, os agentes que planejam e efetuam as visitas nas localidades. Esta etapa auxiliará a definir o grau de participação dos agentes na efetividade das políticas, levando-se em conta o treinamento, contratos e modo de trabalho.

O número de agentes e famílias selecionadas para as entrevistas não será definido nessa etapa, em tempo que a quantidade poderá ser maior ou menor do que a prevista, pois em pesquisas qualitativas "o número de sujeitos que virão a compor o quadro de entrevistas dificilmente poderá ser determinado *a priori*" (DUARTE, 2002, p. 143). Logo, quando a pesquisa de campo obtiver resultados satisfatórios referentes aos "padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão" (DUARTE, idem, p. 143), poderá ser encerrada e deve-se partir para o terceiro momento.

Com a finalização da coleta de dados, organização e transcrição das entrevistas, a pesquisa irá para o terceiro momento, que é a "avaliação do impacto" das políticas, ou seja, a efetividade das políticas públicas nas famílias analisadas. A "avaliação de impacto", de acordo com os autores Trevisan e Bellen (2008), busca detectar as mudanças que ocorreram – após a implantação dos programas – e em qual medida as mudanças ocorreram na direção desejada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados obtidos durante a análise documental, percebesse que as metodologias dos programas selecionados possuem semelhanças, formulando a hipótese de que as metodologias implantadas são essenciais para as efetividades das políticas. Vejamos: no caso do PIM, "o programa considera que a comunidade e a família são os agentes mais importantes na promoção da saúde e do desenvolvimento das crianças. Por isso, está organizado em torno de três eixos estruturais: a família, a comunidade e a intersetorialidade". (AULICINO; DIAZ, 2015, p.67). No caso do UCC, a metodologia

baseia-se em quatro pontos: ações socioeducativas, geração de conhecimento, fortalecimento dos recursos institucionais, acompanhamento familiar e trabalho de proximidade. (AULICINO; DIAZ, 2015, p.44). Logo, o incentivo a famílias, tornando-os agentes centrais no desenvolvimento das crianças, são fatores essenciais para o desenvolvimento e efetividade dos programas voltados para a primeira infância.

Porém, considerando que a análise proposta encontra-se em andamento, pois o período de aplicação abrange de 2017 à 2018, deixa-se em aberto questionamentos futuros sobre o tema.

4. CONCLUSÕES

Ao conceitualizar políticas públicas como ações do governo, exclui-se a participação do público-alvo na sua formulação, implementação e avaliação. Em tempo que as políticas públicas com foco na primeira infância, por serem direcionadas a uma parcela da população "socialmente invisível", são desvalorizadas, por erroneamente pensarem que não causam impactos visíveis para a sociedade (CALDERÓN, 2014). Dados esses pressupostos, a inclusão da população-alvo das políticas públicas PIM e UCC na análise proposta é extremamente necessária, visto que eles possam se sentir sujeitos essenciais dessas políticas e dos resultados das avaliações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULICINO, C.; DÍAZ, G. **Políticas públicas de desenvolvimento infantil na América Latina: levantamento e análise de experiências**. 2015. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/politicas_publicas_de_desenvolvimento_infantil_na_américa_latina_2016_.pdf>. Acesso em: 25/10/2016.
- BALLINHAS DE MOURA, A; FAGUNDES, H. Avaliação de programas e políticas públicas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, vol.8, n. 1, p. 89-103, jan/jun. 2009.
- CALDERÓN, D. ¿Por qué un libro sobre Primera Infancia? In: MEXICANOS Primero. **Los invisibles. Las niñas y niños de 0 a 6 años: estado de la educación en México 2014**. México, DF: Mexicanos Primero, 2014, p.10-22.
- DUARTE, R. **Pesquisa Qualitativa**: Reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.
- FIGUEIREDO, F. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, n. 3, p. 107-127, set/dez. 1986.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.
- SCHNEIDER, A.; RAMIRES, V.R. **Primeira Infância Melhor: Uma inovação em Política Pública**. Brasília: UNESCO, Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul, 2007.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.
- TREVISAN, A. P., BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 42, p.529-550, maio/jun. 2008.